



## Senado começa o ano com 66 PECs prontas para votação

Ano legislativo inicia com 1.400 PECs em tramitação no Congresso, sendo 356 no Senado. Dessas, 66 já podem ser incluídas na ordem do dia

Desde que foi promulgada, em 5 de outubro de 1988, a Constituição federal já recebeu 68 emendas. Nesse período, cerca de 3.500 PECs tramitaram no Congresso e quase 1.400 estão em análise. Muitas mudanças resultam da necessidade de adaptação da Carta às novas realidades. Uma delas, por exemplo, conferiu caráter permanente ao Fundo de Erradicação da Miséria e da Pobreza, criado 12 anos após a promulgação. **2**



Volter Campanato/Abbr

Rua de Caraúbas do Piauí, uma das cidades mais pobres do país: Fundo de Erradicação da Pobreza tornou-se permanente graças à Emenda Constitucional 67

Tonduz Mello



Moradores da favela do Pinheirinho se preparam para reagir à operação de reintegração de posse do terreno

### Suplicy critica PM no Pinheirinho; Aloysio diz que caso é investigado



Eduardo Suplicy

Senadores discursaram sobre a ação que retirou famílias da favela do Pinheirinho, em São José dos Campos. Segundo Eduardo Suplicy, a polícia violou direitos humanos. Para Aloysio Nunes, não se deve acusar antes do resultado das investigações. **3**



Aloysio Nunes Ferreira

Pedro França/Senado Federal

### Decisão do Supremo a favor do CNJ recebe elogios

Para Ana Amélia, decisão de autorizar conselho a investigar magistrados foi sábia. Aloysio Nunes considerou que STF colocou “os pingos nos is”. **4**

### Venezuela trata brasileiros mal, diz Mozarildo Cavalcante

Membro do Parlasul, senador relata denúncia de maus-tratos e extorsão contra brasileiros que atravessam a fronteira por Roraima e Amazonas. **4**

Confira a agenda das comissões prevista para esta semana **2**

### Assine a newsletter do Jornal do Senado

Basta se cadastrar no portal de notícias do Senado para receber, no seu e-mail, a informação mais completa sobre o trabalho dos senadores.

[www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal)



Presidente da Casa, José Sarney explica que é a própria dinâmica social que impõe a adaptação do texto a novas realidades do país. Desde 1988, foram feitas 68 emendas e tramitam 1.400 propostas

# Senado tem 66 propostas de mudança constitucional

O PROCESSO DE revisão do texto constitucional traduz “a dinâmica da sociedade a favor de uma Constituição viva, adaptada ao tempo em que vivemos”. A frase foi dita pelo presidente do Senado, José Sarney, durante a abertura do ano judiciário, na quarta-feira, 1º de fevereiro. Nessa data, foram completados 25 anos da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, cujos trabalhos foram concluídos com a promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988. Desde então, o texto já recebeu 68 emendas. Nesse período, cerca de 3.500 propostas de emenda tramitaram no Congresso e atualmente quase 1.400 estão em análise.

Nenhuma alteração ocorreu nos três primeiros anos de

vigência da Constituição Cidadã. No entanto, a partir de 1992, foram promulgadas em média mais de três emendas a cada ano. Em 2000, foram sete.

Na própria Constituição, estava prevista revisão do texto cinco anos após a promulgação, o que ocorreu entre 1993 e 1994, com a aprovação de seis emendas. A considerar as quase 1.400 propostas de emenda constitucional que tramitam no começo deste ano — 356 delas no Senado —, esse processo deve continuar. Das propostas que tramitam no Senado, 66 estão prontas para votação.

Há ainda manifestações a favor do enxugamento da Constituição federal. O argumento é de que o texto está recheado de regras e detalhes que poderiam ser abrigados

em leis complementares.

O tamanho e a complexidade da Constituição de 1988 são muitas vezes apontados como motivos que tornam necessário emendar o texto. Para o consultor do Senado Renato Rezende, da área de Direito Constitucional, as virtudes ou defeitos das constituições refletem, sobretudo, as condições históricas vividas pela sociedade no momento em que o texto é elaborado.

— O formato é menos uma escolha técnica e muito mais uma opção política associada ao espírito da época — salienta. A Constituição brasileira, com seus 250 artigos, nem chega a ser caso fora de padrão no mundo atual. A de Portugal, por exemplo, tem 296, e a alemã, 196 artigos.



Instalação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1º de fevereiro de 1987

## Ritmo da mudança

A Constituição federal (1988) já recebeu 68 emendas

### PROPOSTAS DE EMENDA

**3.500** já tramitaram no Congresso

**1.400** estão hoje no Congresso

**356** estão hoje no Senado

**66** prontas para votação no Senado

## PECs abordam temas sensíveis à sociedade

É característica das propostas de emenda à Constituição (PECs) abordarem temas sensíveis relacionados à ordem política, social e econômica.

Em dezembro de 2010, por exemplo, o Congresso aprovou a Emenda 67, que tornou permanente o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, originalmente criado para durar 10 anos — até o final de 2010. Depois dela, apenas mais

uma foi aprovada, em dezembro passado — a prorrogação, até 2015, do mecanismo que dá ao governo mais liberdade para usar o Orçamento (Desvinculação de Receitas da União).

As propostas podem ser formuladas pelo presidente da República, por deputados e senadores (desde que apoiados por, pelo menos, um terço dos parlamentares de cada Casa) ou por 14 assembleias legis-

lativas, com apoio da maioria dos integrantes de cada uma.

Quando uma PEC é apresentada, o objetivo é garantir estabilidade de tratamento ao assunto, observa Renato Rezende, consultor do Senado. Por isso, o processo é mais rígido: votação em cada uma das Casas do Congresso, em dois turnos, com exigência de pelos menos três quintos dos votos em cada uma delas.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Segunda-feira

### Plenário Sessão não deliberativa

**14h** Na sessão de hoje não haverá votação de matéria. Os primeiros oradores inscritos são os senadores Paulo Paim (PT-RS), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Roberto Requião (PMDB-PR).

### CDH Debate sobre planos privados de saúde

**9h** A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa vai discutir a situação dos planos de saúde privados. O presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, está entre os 21 convidados que participam da audiência pública.

## Terça-feira

### CAE Sabatina de indicado para o Cade

**10h** Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos sabatinam Ricardo Machado Ruiz, indicado para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Na segunda parte da reunião, a comissão deve votar projeto que garante seguro-desemprego ao trabalhador rural que for prejudicado por estiagem.

### CE Taxas de inscrição para vestibular

**11h** Instituições federais de ensino superior podem passar a adotar critérios para isenção de taxas de inscrição em exame vestibular. O projeto consta da pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

### CDR Acessibilidade no Minha Casa, Minha Vida

**14h** Na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, projeto que torna obrigatório, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, o atendimento de demandas de acessibilidade por parte de beneficiários idosos ou com deficiência. Outro projeto trata do cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Pampa situados na Amazônia Legal.

## Quarta-feira

### CCT Acesso a cadastros de dados pessoais

**9h** O consumidor poderá ter acesso gratuito, pela internet, a informações a seu respeito contidas em cadastros, fichas e registros de dados pessoais e de consumo. Projeto nesse sentido está na pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática. Em seguida, os senadores examinam projetos de decreto legislativo que permitem o funcionamento de empresas de radiodifusão.

### CAS Isenção de IR para maiores de 65 anos

**9h** A Comissão de Assuntos Sociais examina projeto que isenta do Imposto de Renda, até o limite máximo dos benefícios pagos no Regime Geral de Previdência Social, os valores recebidos mensalmente por contribuintes com mais de 65 anos.

### CCJ Ato Médico e Estatuto da Juventude

**10h** Em votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o projeto do Ato Médico, que estabelece atividades privativas da categoria; o que institui o Estatuto da Juventude; e a proposta de reforma administrativa.

### SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)

Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## TV Senado

A TV Senado transmite às **9h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney

**1º vice-presidente:** Marta Suplicy

**2º vice-presidente:** Waldemir Moka

**1º secretário:** Cícero Lucena

**2º secretário:** João Ribeiro

**3º secretário:** João Vicente Claudino

**4º secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:** Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim • Waldemir Moka

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Sílvio Burle e Suelly Bastos

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

**Reportagem:** Cíntia Sasse

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF

Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep

Senador petista afirma que os policiais militares que realizaram a reintegração de posse do terreno em São José dos Campos agiram com brutalidade contra as famílias retiradas; na avaliação de colega tucano, não se pode falar em violação de direitos humanos sem que essas acusações tenham sido devidamente investigadas

## Desocupação em Pinheirinho opõe senadores

NO PLENÁRIO DO Senado, Eduardo Suplicy (PT-SP) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) fizeram discursos sobre a reintegração de posse da área conhecida como Pinheirinho, em São José dos Campos (SP). No mês passado, por decisão da Justiça, cerca de 7 mil pessoas foram retiradas do local pela Polícia Militar.

O petista disse que a polícia agiu com brutalidade e violou direitos humanos. O tucano, por sua vez, afirmou que não se pode falar em violação de direitos humanos sem que as acusações tenham sido investigadas.

Suplicy leu trechos de relatório produzido pelo Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana, do governo paulista, com depoimentos em que moradores do Pinheirinho dizem ter sido vítimas de violências físicas e até sexuais.

— São tão graves os fatos relatados que quero sugerir ao governador Geraldo Alckmin

que escute pessoalmente todos os relatos dos abusos cometidos por alguns membros da polícia militar do estado.

O senador pediu às autoridades do estado de São Paulo e do governo federal que garantam proteção às vítimas. Segundo ele, alguns policiais, no momento das agressões, fizeram ameaças de morte caso as vítimas denunciassem os fatos.

De acordo com Suplicy, não “condizem com a realidade” as afirmações de que não houve violência policial. Ele disse que autoridades e jornalistas também relataram “gravíssimos abusos”.

### Negociações

O próprio senador do PT participou das negociações para que a ordem de reintegração de posse fosse suspensa. Conforme explicou, a suspensão era importante porque naquele momento estavam em curso entendimentos para que parte do terreno do Pinheirinho se

tornasse assentamento definitivo daquelas famílias.

Em resposta a Suplicy, Aloysio Nunes afirmou que todas as acusações serão apuradas pelo governo paulista e pela Corregedoria da Polícia Militar. O governador Geraldo Alckmin pertence ao mesmo partido de Aloysio.

— É claro que o episódio será apurado e será apurado com rigor. E, se houver realmente veracidade nesses relatos, eles [os eventuais culpados] serão punidos. Não tenho dúvida nenhuma — disse.

Aloysio admitiu que podem ocorrer casos de abusos em ações desse tipo, mas ressaltou que a ação de reintegração de posse foi conduzida “com cautela” pela PM e atendeu a decisões judiciais.

— Pode acontecer de um policial ir além das ordens recebidas, mas, para isso, existe a corregedoria — afirmou.

O senador disse que nenhuma das 18 pessoas que teriam

sido feridas no episódio se submeteu a exame de corpo de delito.

— Não há nenhum registro de que alguma dessas pessoas tenha procurado a nossa polícia técnica para fazer o exame de corpo de delito. Eu fui atrás dos laudos, pois quis saber qual foi a gravidade. Não havia.

De acordo com Aloysio, foram realizadas 164 reintegrações de posse no estado de São Paulo em 2011, sem que tivesse havido nenhuma repercussão como a atual.

O senador do PSDB disse estranhar o fato de Suplicy ter relacionado a ação no Pinheirinho à ideia de violação dos direitos humanos.

— A versão que o PT está dando ao episódio do Pinheirinho está na sua linha de prioridade política. Será um tema para ser usado nas campanhas eleitorais. Agora, abuso, sim, ocorreria se a polícia de São Paulo deixasse de cumprir uma decisão judicial peremptória.

### Polícia usou bombas e balas de borracha

No dia 22 de janeiro, a Polícia Militar de São Paulo cumpriu ordem judicial e realizou a desapropriação do terreno da favela do Pinheirinho, na periferia de São José dos Campos (SP). A área havia sido invadida em 2004.

Para retirar as cerca de 7 mil pessoas que viviam na favela, os policiais utilizaram bombas de efeito moral e balas de borracha. Um assessor da Presidência da República chegou a ser atingido por uma dessas balas. Casas e barracos foram demolidos.

A polícia militar é acusada pelos ex-moradores do Pinheirinho de ter agido com brutalidade e violado direitos humanos.



Eduardo Suplicy afirma que moradores não foram respeitados



Polícia Militar cumpre ordem judicial e faz a reintegração de posse do terreno onde se construiu a favela do Pinheirinho



Aloysio Nunes: abuso ocorreria se a decisão da Justiça não fosse cumprida

### Casildo: Defesa Civil precisa se reestruturar

Casildo Maldaner (PMDB-SC), em discurso sexta-feira, destacou como prioridade do Legislativo em 2012 a reestruturação da Defesa Civil em todo o país, considerando urgente que o país construa uma “cultura de prevenção”.

— Não somos previdentes, e as tragédias se repetem — afirmou, ao lembrar as enchentes no Sudeste e a estiagem em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

O senador defendeu a aprovação do PLS 745/11, que reorganiza o Sistema Nacional de Defesa Civil priorizando “ações de prevenção e preparação e não apenas de resposta e reconstrução”.

Casildo também considerou prioridades o projeto do Ato Médico, o Estatuto da Juventude e a proposta que disciplina o poder do Conselho Nacional de Justiça, além do Código Penal e do Código de Defesa do Consumidor.



### Viana pede melhorias na aviação civil

Jorge Viana (PT-AC) pediu providências da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República em relação aos problemas da aviação brasileira. Ele também fez apelo ao Ministério Público Federal no Acre por uma avaliação da oferta de voos ao estado. Segundo ele, os voos têm restrição de passageiros e preços exorbitantes.

Viana destacou dados da Infraero, segundo os quais o número de passageiros em voos domésticos aumentou de 59 milhões, em 2009, para 80 milhões, em 2011. No mesmo período, os passageiros nos voos internacionais passaram de 6 milhões para 9 milhões.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apontou a existência de “duopólio”, em que duas empresas impedem a oferta de serviços aéreos por meio da aviação regional.



### Roberto Requião critica privatizações no Paraná

Roberto Requião (PMDB-PR) criticou as privatizações que estão sendo feitas pelo governador do Paraná, Beto Richa (PSDB).

— Governar não é privatizar, terceirizar, repassando a empresas privadas responsabilidades tão específicas do Estado como a educação, a saúde e o saneamento básico — disse.

Na campanha eleitoral de 2010, o então candidato Beto Richa garantiu que não privatizaria empresas e serviços públicos, lembrou o senador. Ao mesmo tempo em que reduz o investimento no setor público, Requião disse que o governador aumenta os gastos com propaganda institucional. O orçamento para publicidade para os próximos nove meses seria de R\$ 180 milhões.

Requião criticou a Assembleia Legislativa do Paraná e os meios de comunicação por elogiarem as iniciativas do governador.



### Paim faz homenagem póstuma a ex-dirigente bancário

Na sexta-feira, Paulo Paim (PT-RS) apresentou voto de pesar pela morte do advogado Luís Antônio Castagna Maia, ocorrida em 14 de janeiro. Ex-secretário-geral do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, Castagna Maia foi descrito pelo senador como “um dos maiores nomes do Direito Previdenciário do país”.

Paim anunciou que, em 13 de março, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado realizará sessão de homenagem ao advogado.

Senador apoia competência do órgão para investigar juízes e defende proposta que transforma recursos extraordinários em ações rescisórias

# Aloysio elogia decisão do Supremo sobre Conselho Nacional de Justiça

A DECISÃO DO Supremo Tribunal Federal (STF) de manter a competência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para iniciar investigação contra juízes foi elogiada sexta-feira por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). Pela decisão, não há necessidade de apuração prévia das corregedorias dos tribunais a que pertença ou esteja subordinado o magistrado.

Em dezembro, o ministro do STF Marco Aurélio Mello concedeu liminar restringindo a investigação às corregedorias. O CNJ só poderia atuar diante

de omissão dos órgãos locais. Segundo o senador, a Emenda Constitucional 45/04, que criou o CNJ, foi motivada justamente pelo fato de que “as corregedorias dos tribunais frequentemente eram tomadas pela inércia corporativa quando se tratava de investigar seus próprios pares”.

— O Supremo colocou os pingos nos is e remeteu as coisas aos seus lugares — disse Aloysio Nunes.

O parlamentar também defendeu a aprovação da chamada PEC dos Recursos

(PEC 15/11), apresentada por Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que acaba com os recursos extraordinário e especial. Esses recursos, pela proposta, são transformados em ações rescisórias, a serem analisadas também pelo STJ e pelo STF, porém sem efeito suspensivo sobre as decisões dos tribunais de segundo grau.

A matéria está pronta para votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), onde seu relator é o próprio Aloysio.

— Nós, do Senado, agora

temos um passo importante a dar: a aprovação de uma proposta de emenda constitucional que dê aos tribunais uma responsabilidade maior do que as que detêm hoje — disse o senador.

Segundo ele, isso acontecerá conferindo mais eficácia às decisões dos tribunais, que passarão a ser imediatamente executadas, sem prejuízo de eventuais recursos ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Tribunal Superior do Trabalho — defendeu.

## Cristovam propõe pacto sobre jornada de professores

O piso nacional dos professores, previsto na Lei 11.738/08, exige acordo de conduta em torno da sua aplicação, com a participação de professores e governos municipais e estaduais, para que ela não seja deturpada, defende Cristovam Buarque (PDT-DF).

— A intenção da lei é aumentar o tempo do professor para que ele possa dedicar-se a uma atividade acadêmica competente. Será muito triste se uma lei feita para beneficiar a educação beneficiar governo, não aumentando gastos, e reduzindo o número de aulas em sala de aula.



Pedro França/Senado Federal

## Gurgacz defende federalização da educação básica

Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu em Plenário, sexta-feira, a federalização da educação básica visando a mesma qualidade de ensino em todas as regiões do país. De acordo com o líder do PDT, a medida contribui para oferecer equilíbrio de oportunidades para toda a população.

— Precisamos de uma educação mais igualitária em todo o país, onde não haja diferença no ensino oferecido no Sul e no Norte.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) apoiou a ideia.



Lia de Paula/Senado Federal



Por 6 votos a 5, os ministros do Supremo Tribunal Federal decidiram na quinta-feira manter os poderes de investigação do Conselho Nacional de Justiça

## Ana Amélia apoia reflexão sobre relações entre entes federados

O ritmo acelerado em que mudam as relações entre governo e cidadãos, entre União, estados e municípios e entre os três Poderes exige constante reavaliação do funcionamento da Federação brasileira, segundo Ana Amélia (PP-RS).

A senadora elogiou o anúncio da criação de comissão de especialistas para estudar essas relações feito pelo presidente

do Senado, José Sarney. Para a parlamentar, o Congresso tem o dever de reavaliar o funcionamento da Federação “sob diferentes aspectos”.

Ao citar a necessidade de revisão da autonomia e soberania dos três Poderes, Ana Amélia classificou como sábia a decisão do STF de reafirmar a competência e a prerrogativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de investigar magistrados. Também defendeu a revisão das relações entre Executivo e Legislativo, em especial “as segundas edições de medidas provisórias”.

A senadora criticou ainda “a concentração, pela União, de recursos provenientes da arrecadação de tributos, resultando em prejuízos para estados e municípios”.

Ana Amélia lamentou a morte do deputado federal pelo Paraná Moacir Micheletto, ocorrida na segunda-feira.



Ana Amélia: Congresso deve reavaliar os diferentes aspectos da Federação

## Mozarildo reclama de maus-tratos a turistas na Venezuela

Membro do Parlamento do Mercosul (Parlasul), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) protestou contra o tratamento da Venezuela aos brasileiros que visitam o país saindo dos estados fronteiriços de Roraima e Amazonas. Há denúncias de extorsão e maus-tratos, disse.

— Existe todo tipo de óbice, seja de quem vai a turismo ou para fazer compras — afirmou.

Em encontro com o embaixador da Venezuela, Maximilien Sánchez Arveláiz, Mozarildo disse ter relatado as denúncias, ao que o embaixador afirmou que os problemas são causados pelas autoridades estaduais, e não federais, da Venezuela.

— Ora, mas quem entra na Venezuela vindo do Amazonas ou de Roraima não quer saber se a autoridade que o aborda é federal ou estadual — comentou.

Mozarildo ressaltou que a Venezuela aguarda a aprovação do Paraguai para fazer parte do Mercosul e afirmou que ele próprio está entre os defensores da inclusão do país. A Venezuela “tem de mostrar que tem condições de estar no bloco, pois essa conduta com os cidadãos de Roraima e do Amazonas é incompatível com as regras do Mercosul e de qualquer democracia”.



Turistas de Roraima e do Amazonas têm tido problemas, diz Mozarildo

## Paim cobra votação do Estatuto da Pessoa com Deficiência

“A demora da Câmara para votar o projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência”, já aprovado no Senado, foi criticada por Paulo Paim (PT-RS). Segundo o senador, a proposta pode beneficiar entre 26 e 28 milhões de pessoas, como a jovem de 14 anos que conheceu no litoral de seu estado e que, como teve o cérebro afetado por um vírus, não ouve, não enxerga nem se movimenta.

Paim também alertou para a situação das mais de 17 mil famílias que, após a quebra da Varig, não receberam o que deveriam do fundo de pensão Aerus.



Waldemir Barreto/Senado Federal